

## **PROBLEMATIZAÇÃO DA ESCASSEZ DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ**

*Emily Caroline da Silva Padilha<sup>1</sup>; Maria Carolina Bueno da Silva<sup>1</sup>; Letícia Rabelo<sup>2</sup>*

### **RESUMO**

A água, quando voltada para questões econômicas, denomina-se recurso hídrico. Os impactos ambientais ocorridos em bacias hidrográficas podem estar vinculados à relação política da gestão dos recursos hídricos e do uso impensado pela sociedade, seja ele por consequência do desperdício ou da poluição dos mesmos. Na Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú, que abastece os municípios catarinenses de Camboriú e Balneário Camboriú, há a falta de água para fins de usos domésticos e industriais em períodos determinados. Partindo de uma reflexão sobre este assunto, chegou-se à seguinte questão: a falta de água é parte do âmbito político e social ou natural? Baseado em um questionário social de acontecimentos envolvendo o uso da bacia, o presente trabalho visa responder esta pergunta e apresentar soluções com o objetivo de minimizar os atuais impactos e evitar futuros.

**Palavras-chave:** Recurso hídrico. Falta de água. Gestão hídrica. Rio Camboriú.

### **INTRODUÇÃO**

Segundo a Política Nacional de Recursos Hídricos (1997), a água é um bem de domínio público e um recurso natural limitado, dotado de valor econômico. Quando, então, passa a ser compreendida como recurso hídrico. Recursos Hídricos, por sua vez, necessitam de uma gestão, para que não haja colapso.

Entende-se por gestão de recursos hídricos toda a administração da água envolvendo questões ambientais para que exista uma distribuição igualitária entre todos e uma consciência de sustentabilidade, pois, como citado acima, a água é um recurso finito, logo, faz-se extremamente necessário um conhecimento sobre a forma de utilizar e reutilizar a mesma (KOBAYAMA & MOTA, 2008).

Tendo em mente o valor dos recursos hídricos para a sociedade, o presente escrito visa demonstrar o interesse da população sobre a Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú, que abastece as cidades catarinenses de Camboriú e Balneário Camboriú, sendo que, a segunda citada é a responsável pelo tratamento da água antes de sua devida distribuição.

Os recursos hídricos, que estão inseridos nas questões ambientais, dependem das ideias e do gerenciamento dos governantes. Já que são eles quem criam leis e discutem toda a problematização ambiental, dentre as quais podemos citar a constante falta de água, que envolve uma série de discussões sobre a responsabilidade desse fato.

Utilizaremos como base para o desenvolvimento deste artigo o questionário social realizado à população quanto à falta de água na região da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú.

1 Estudantes do Curso Técnico em Controle Ambiental integrado ao Ensino Médio, Instituto Federal Catarinense . Campus Camboriú. E-mail: emidbks@gmail.com, mariabs98@outlook.com.

2 Professora do Instituto Federal Catarinense . Campus Camboriú. E-mail: lerabelo@gmail.com

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A realização deste projeto inicia-se com um questionário social (conforme o Quadro 1) aplicado a toda população, independente de idade e de posição social, onde serão realizadas perguntas referentes a disponibilidade de usos dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú. Posteriormente, será efetuada uma análise dos dados a partir da criação de gráficos e tabelas estatísticas. Logo depois, estruturaremos os impactos decorrentes da falta de água, que serão apresentados juntamente com maneiras viáveis a todos de minimizar os atuais impactos e evitar futuros.

Tendo sido verificada a carência da população em relação a informações envolvendo a situação atual da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú e sua respectiva gestão, viu-se necessário uma maior transmissão de fatos importantes no âmbito social e ambiental. Com isso, será desenvolvido um portal de comunicação onde serão publicados artigos sobre assuntos relacionados aos recursos hídricos do Rio Camboriú, dando ênfase aos assuntos atuais.

**Quadro 1 .** Questionário social aplicado à população

<b>Está ciente da existência do Comitê BHC?</b>		<b>Sim</b>		<b>Não</b>	
<b>O Rio Camboriú pertence a qual município?</b>		Camboriú	Baln. Camboriú	Ambos	
<b>Falta d'água: Provável motivo</b>	<b>Falta d'água: Prejuízo(s)</b>	<b>Falta d'água: Duração</b>		<b>Comitê: (o que é?, objetivos)</b>	
a) Processos naturais . falta de chuva	a) Mortandade de animais e plantas	a) 1 a 5 dias		a) ONG	
b) Gasto excessivo da população	b) Saúde pública	b) 6 a 10 dias		b) Representar Balneário Camboriú nas questões hídricas	
c) Problemas na gestão . Prefeitura, Comitê ou EMASA	c) Doméstico, industrial e comercial	c) 15 a 20 dias		c) Controlar as situações da BHC de acordo com a legislação	
d) Crescimento Populacional	d) Problemas sociais	d) 21 a 30 dias		d) Desconhece	
e) Outros	e) Outros	e) Outros		e) Outros	

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a realização do presente trabalho, foram entrevistados 50 pessoas de idades e profissões distintas a fim de obter resultados quanto ao conhecimento da população em relação aos recursos hídricos e sua devida gestão.

Foi evidenciado que metade da população está ciente da existência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú, enquanto a outra metade não está (Figura 1). Além disso, 58% dos entrevistados demonstraram não possuir conhecimento sobre o que é o comitê e qual seu objetivo (Figura 6) e 50% da população entrevistada desconhece que o Rio Camboriú pertence aos dois

munícipios, Camboriú e Balneário Camboriú (Figura 2) . faz-se necessário pensar em conjunto, e não individualmente (como fora evidenciado), pelo fato de se tratar de uma bacia hidrográfica.

Responsável por tratar dos assuntos administrativos dos recursos hídricos, o Comitê de Bacia Hidrográfica é um grupo constituído pela sociedade civil que faz parte do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e possui, segundo o artigo 38 da Política Nacional dos Recursos Hídricos, as seguintes competências:

- I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;
- II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;
- III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;
- IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;
- V - propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;
- VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;
- IX - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

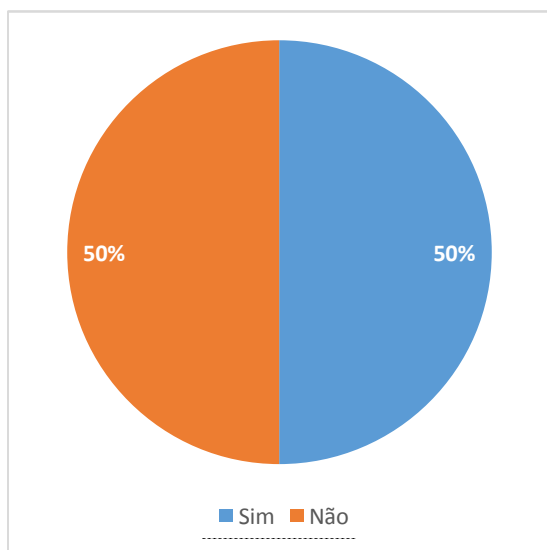
O planejamento dos recursos hídricos é uma atividade que visa adequar o uso, controlar e proteger a água às demandas sociais e/ou governamentais, fornecendo subsídios para o gerenciamento dos mesmos (MANCUSO & SANTOS, 2003).

Sabendo disso, foi questionado quem seriam os responsáveis pela falta de água em Camboriú e 49% dos entrevistados julgou os problemas na gestão como o motivo mais provável da falta de água (figura 3). Isso fica evidenciado pela falta de investimento dos órgãos competentes nas perdas do sistema de abastecimento. Além disso, é perceptível a falta de divulgação do Comitê pelo município de Camboriú, que desconhece suas competências e tem a visão que a gestão do rio é exclusividade do município. É importante ressaltar que a gestão dos recursos hídricos é extremamente válida no que se diz respeito tanto na parte qualitativa quanto na quantitativa de uma bacia hidrográfica, logo, se há alguma problematização em relação a isso, convém aos responsáveis realizar ações para solucionar o problema.

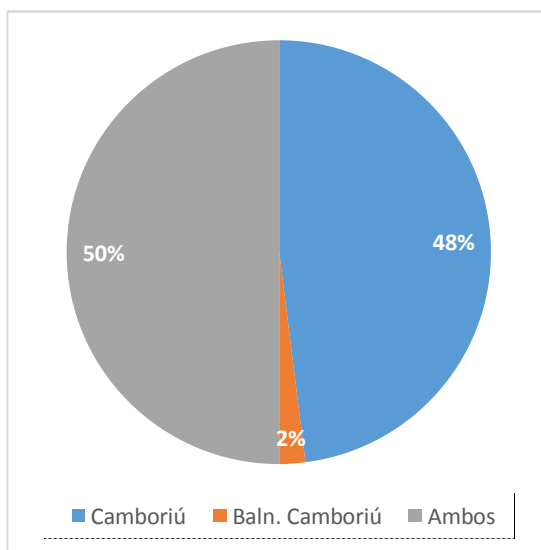
Pode ser analisado que 76% da população entrevistada sofreu com a falta de água durante 1 a 5 dias durante a alta temporada de verão (Figura 5). Torna-se necessário analisar as causas desta falta que agride o desenvolvimento e a saúde pública, para que seja viável tomar atitudes que solucionem este grave problema. Podemos citar como impactos ambientais da ausência de água: mortandade de animais e plantas; danos à saúde pública; prejuízos industriais e comerciais; danos domésticos; problemas sociais; prejuízos às safras agrícolas; e economia.

Os resultados referentes ao quadro 1 são apresentados abaixo:

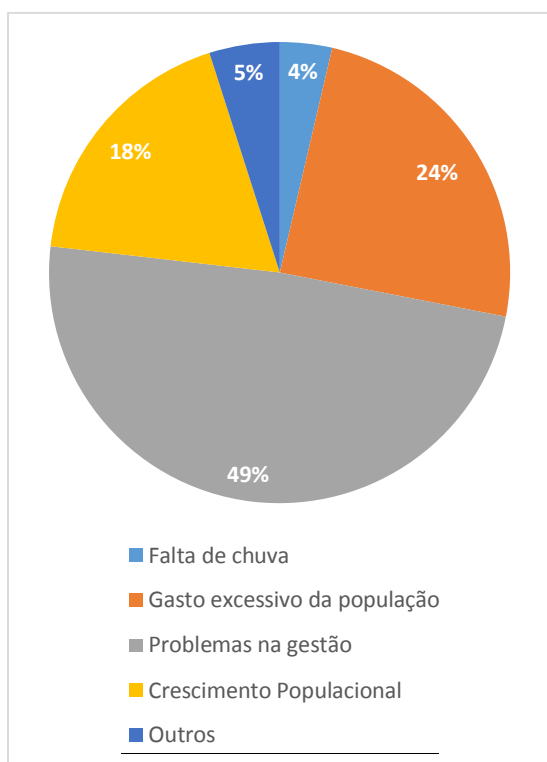
**Figura 1 .** Você está ciente da existência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú?



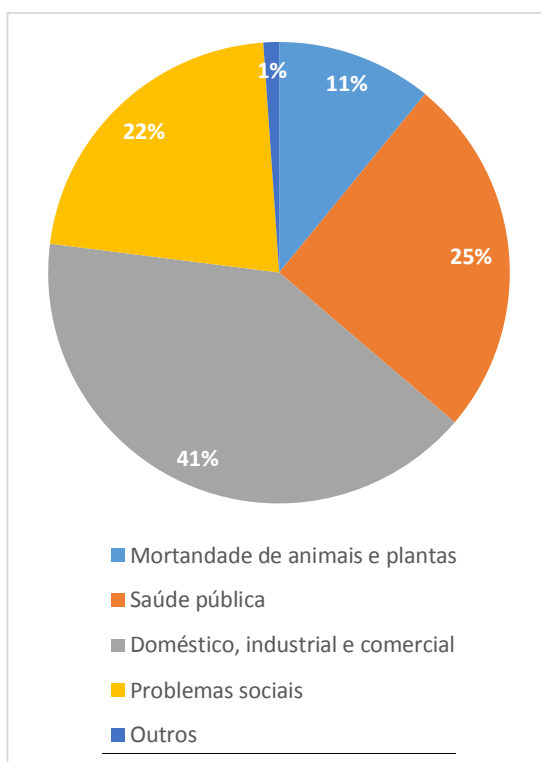
**Figura 2 .** O Rio Camboriú pertence a qual município?

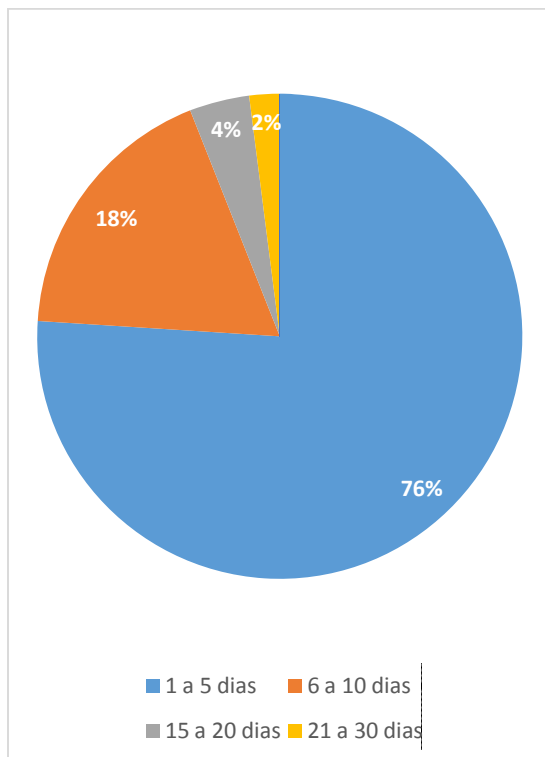
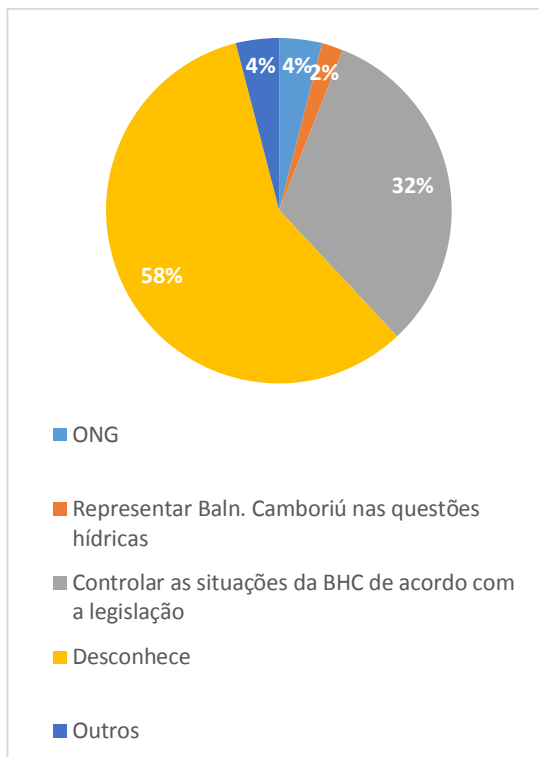


**Figura 3 .** Provável motivo



**Figura 4 .** Prejuízo



**Figura 5 . Duração da falta de água****Figura 6 . O que é e qual o objetivo do Comitê?**

Após realizada a análise dos dados obtidos, nota-se que é possível amenizar e/ou evitar os impactos causados. Para isso, algumas atitudes podem ser realizadas, como o reuso e da recirculação da água e sua economia cotidiana, prevenir a poluição dos demais cursos d'água, entre outros. Além disso, a medida mais importante a ser tomada é o investimento por parte dos órgãos competentes para suprir a falta de água, que vem causando prejuízos para a comunidade, o comércio e o turismo dos municípios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A água é um recurso finito, portanto, deve-se ficar atento a qualquer alteração em sua quantidade, que facilmente é reduzida quando não há sua devida gestão. No caso que, segundo os indivíduos entrevistados, ocorre na cidade onde foi realizada a pesquisa (Camboriú, SC), que demonstrou uma população diretamente afetada pela problematização da falta de água.

Utilizamos os recursos hídricos para abastecimento doméstico, abastecimento industrial, irrigação, preservação de fauna e flora, recreação, dessedentação de animais, geração de energia elétrica e transporte e diluição de despejos (MACÊDO, 2002). Com isso, fica evidente que a água é importante em todas as questões que envolvem a sobrevivência humana, logo, ações que impliquem na disponibilidade

hídrica são relevantes e devem ser tomadas imediatamente antes que este recurso se esgote por completo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional dos Recursos Hídricos**. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

KOBIYAMA, Masato; MOTA, Aline de Almeida; CORSEUIL, Cláudia Weber. **Recursos Hídricos e Saneamento**. 1. ed. 160 p. Curitiba: Ed. Organic Trading, 2008.

MACÊDO, J. A. B. **Introdução a Química Ambiental**. 1. ed. 487 p. Juiz de Fora: CRQ . MG, 2002.

MANCUSO, P. C. S. & SANTOS, H. F. 1 ed. 585 p. **Reúso de Água**. São Paulo: Manole, 2003.